

A historiografia régia portuguesa anterior a 1340

Filipe Alves Moreira*

A circunstância de nos acharmos aqui reunidos à sombra do grande mestre a quem devemos as páginas mais importantes que até hoje se escreveram sobre a historiografia régia portuguesa anterior a meados do século XIV torna obrigatório que exponha nesta minha breve súpula as suas ideias sobre o assunto, de forma a assentar nelas algumas novidades e pistas de trabalho que julgo poder adiantar. Situação idêntica ocorreu, de resto, com o próprio Diego Catalán, que baseou as suas investigações nesta área no contributo ligeiramente anterior de Lindley Cintra e que viria mesmo a confessar, no prólogo de um dos seus livros [*La Estoria de España*], ter sido por amizade ao filólogo português que se iniciou no tão apaixonante quão intricado mundo da cronística ibérica dos séculos XIII e XIV. Vejamos então, o mais sucintamente possível, o que acerca dos primórdios da historiografia régia portuguesa pensavam estas grandes figuras e aquilo que, hoje em dia, anões confortavelmente instalados nos seus ombros que somos, lhes podemos acrescentar.

A emergência da cronística régia portuguesa foi entendida por Lindley Cintra da seguinte e resumida maneira: D. Dinis, rei que primeiro teria adoptado o português como língua oficial e cujo investimento em diversas áreas culturais parece razoavelmente atestado, terá congregado em torno de si uma corte que constituiria o ambiente em que pela primeira vez se reuniriam entre nós as condições necessárias à elaboração de uma memória do reino em língua vulgar. A ausência de uma tradição prévia obrigaria, porém, a que esse primeiro impulso de constituição de uma historiografia portuguesa se apoiasse, num primeiro momento, em traduções. Daí a tradução, explicitamente atribuída à iniciativa deste rei, da *Crónica do Mouro Rasis* do árabe para o português, e daí, provavelmente também, a tradução, desta vez do castelhano para o português, de certa versão da *Estoria de España* conservada num manuscrito da primeira metade do século XIV. O momento decisivo de passagem das

* Estudante de doutoramento da FLUP; Bolseiro da FCT; investigador do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade.

traduções às produções originais apenas seria alcançado, todavia, por um filho e de certa forma continuador das ideias deste rei: D. Pedro Afonso, terceiro conde de Barcelos. Teria sido ele quem, graças ao ambiente proporcionado pela corte de seu pai e a contactos desde cedo estabelecidos com a coroa castelhana, reuniria boa soma de materiais historiográficos para posteriormente se abalançar à feitura de obras próprias. Nesse sentido, e concentro-me agora especificamente nos textos dedicados à História dos reis de Portugal, D. Pedro teria começado por traduzir, ampliar levemente e actualizar o que a este respeito dizia certa *Crónica de Veinte Reyes* castelhana, originando assim o texto da chamada *IVª Crónica Breve* e, pouco depois, teria aproveitado este seu trabalho incluindo-o, com numerosos acrescentos, primeiro no *Livro de Linhagens* e seguidamente na *Crónica de 1344*. Por isso, e em suma, para Lindley Cintra “é (...) na corte dos reis de Portugal (ou em ambientes a ela intimamente ligados) que está o ponto de partida da historiografia em língua portuguesa, como é na corte dos reis de Castela que está o da historiografia em língua castelhana” [*Crónica Geral de Espanha de 1344*, I, p. CDXIV].

Daqui partiu Diego Catalán, em publicações de finais dos anos 50 posteriormente revistas e reunidas num livro, hoje clássico, a que chamou *De Alfonso X al Conde de Barcelos*. Catalán aceita sem reservas a colocação dos textos portugueses proposta por Cintra, confirmando a prioridade da *IVª Crónica Breve* face ao *Livro de Linhagens* e à *Crónica de 1344*, mas um estudo cerrado da primeira destas obras levou-o a afastar-se de outras teses do seu predecessor mediante uma operação de adição e duas importantes operações de subtracção. Em primeiro lugar, recorre ao testemunho de um obscuro historiógrafo do século XVI para caracterizar a crónica de que a chamada *IVª Crónica Breve* seria um fragmento, concluindo que essa obra teria sido redigida entre 1341-1342 e seria basicamente uma algo rudimentar História da Península Ibérica desde os tempos de Pelaió até à batalha do Salado, quadrando-lhe por isso o nome de *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal*. De seguida, subtrai esta obra quer à iniciativa do Conde de Barcelos, que assim se teria limitado a usá-la como uma das suas fontes, quer à influência da cronística régia de inspiração alfonsina.

Considero este último aspecto o ponto crucial das teses de Catalán e a pedra angular em que deve assentar qualquer tentativa de explicação do

surgimento de uma crónica nacional. Por isso, e também porque a crítica portuguesa não parece ter compreendido particularmente bem o que está em causa, permito-me demorar um pouco mais nesta questão, prometendo desde já simplificar o melhor que puder a natural complexidade destes assuntos.

Admitida a evidente proximidade da *Crónica de Veinte Reyes* e da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* pelo menos no que ao reinado de D. Afonso Henriques diz respeito, Catalán concentra aí a sua atenção chegando a conclusões bem diferentes das que propusera Cintra. Com efeito, segundo o grande investigador espanhol demonstra de forma definitiva, a *IVª Crónica Breve* (e portanto a *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal*) não pode ser considerada uma tradução ampliada e actualizada da História de Portugal presente na *Crónica de Veinte Reyes*. A hipótese contrária, ou seja, que a *Crónica de Veinte Reyes* tenha usado a *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal* também não é, por sua vez, sustentável, bastando atentarmos na cronologia então estabelecida para a obra castelhana (fins do século XIII ou princípios do seguinte) para verificarmos que tal cenário nunca poderia sequer ter sido equacionado por Diego Catalán, e isto apesar de uma parte da crítica portuguesa ter vindo a atribuir-lhe tão equivocada opinião. Na verdade, afastada a dependência da crónica portuguesa em relação à castelhana, a conclusão a que o mestre chegava só podia ser uma: pelo menos no que ao reinado de D. Afonso Henriques diz respeito, a *Crónica de Veinte Reyes* e a *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal* usam uma fonte comum; essa fonte, precisa ainda Catalán, seria com toda a probabilidade um texto historiográfico português no qual, e tal como naquelas duas obras se verifica, a história do nosso primeiro rei era constituída por uma mistura de trechos narrativos, analísticos e genealógicos. Entretanto, analisando o pouco que hoje podemos conhecer da parte da *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal* dedicada aos reis asturianos, leoneses e castelhanos de Pelaio a Afonso VI, continua a verificar-se a independência da crónica portuguesa em relação à historiografia alfonsina, pois a sua fonte foi aqui uma versão interpolada do *Liber Regum* que ostenta a curiosa particularidade de ter sido aparentemente a mesma que os redactores da *Estoria de España* usaram.

As consequências deste novo enquadramento textual para a questão das origens da historiografia régia portuguesa são evidentes e podem enunciar-se em três alíneas:

(i): a cronologia do seu nascimento não pode mais ser simplística e apressadamente colocada em meados do século XIV, pois há sinais inequívocos da elaboração de pelo menos um texto de características historiográficas em data anterior a finais do século XIII;

(ii): o surgimento de uma crónica em língua portuguesa é independente da iniciativa historiográfica de Afonso X e seus seguidores castelhanos;

(iii): não obstante esta independência, a primitiva historiografia em língua portuguesa e a primitiva historiografia em língua castelhana usaram alguns materiais comuns, denotando assim certo intercâmbio textual entre os dois reinos pelo menos desde a segunda metade de duzentos.

Consequentemente, o quadro traçado por Lindley Cintra perdia uma parte da sua operacionalidade e os primórdios da historiografia régia portuguesa, se por um lado se tornavam mais precisos, por outro recuperavam uma significativa e agora paradoxal obscuridade. De tal forma assim foi, que o próprio Diego Catalán se absteve de traçar as origens da historiografia em língua portuguesa em moldes diversos dos de Lindley Cintra, apesar das conclusões tão diferentes a que chegara.

Foi com base neste novo panorama traçado pelo *De Alfonso X al Conde de Barcelos* que pretendi, não há muito, situar e caracterizar um pouco melhor os primórdios da crónica régia portuguesa. Mais concretamente, concentrei-me naquele texto historiográfico fonte da *Crónica de Veinte Reyes* e da *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal*, que me pareceu ser o mais antigo e palpável vestígio de uma actividade crónica nacional, e procurei responder às seguintes, e aparentemente simples, questões: qual a data aproximada da sua redacção? Qual o seu conteúdo? Quais os seus promotores?

O problema da data aproximada da sua redacção tinha pelo menos um caminho seguro a percorrer: circunscritas as duas obras que recorreram directamente a esse texto primordial, haveria que estabelecer a cronologia de cada uma delas e considerar a datação da mais antiga como sendo o *término*

ad quem da sua fonte. Diego Catalán, ao dar *Veinte Reyes* como seguramente anterior à crónica portuguesa, situando-a, com Cintra, por volta de 1300, fornecera já o essencial da operação. Mas investigações ulteriores, sobretudo de Inés Fernández-Ordoñez e Mariano de la Campa, que conseguiram precisar o lugar do texto castelhano na evolução da cronística alfonsina, permitiram avançar ainda mais, pois, ao considerarem a *Crónica de Veinte Reyes* como uma família de manuscritos da *Versão Crítica da Estoria de España*, a qual terá com toda a probabilidade sido redigida na fase final da vida de Afonso X, entre 1282 e 1284, levaram a que se tivesse de recuar a datação do texto historiográfico português por ela usado até, quando muito, ao princípio dos anos 80 do século XIII. E se este recuo parece à primeira vista pouco relevante, a verdade é que ele tem pelo menos uma séria consequência: graças a ele, pode pela primeira vez encarar-se a possibilidade de ter existido uma actividade historiográfica em Portugal e em português ainda durante a época de D. Afonso III.

Quanto ao conteúdo desse texto, a grande questão é sabermos se ele abrangeria apenas o reinado de Afonso Henriques (pois disso estamos seguros) ou incluiria mais alguma matéria. Nesse sentido, perguntei-me se não haveria, nos restantes reinados da *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal*, algo que pudesse remontar ao mesmo texto em que o seu redactor tinha seguramente colhido a História do nosso primeiro rei e, por razões que aqui me dispenso de detalhar, cheguei à conclusão de que ele incluiria já *muito provavelmente* o reinado de D. Sancho I e *possivelmente* também os reinados seguintes, até o de D. Sancho II pelo menos, numa forma não muito diferente daquela que actualmente se pode ler no manuscrito da *IVª Crónica Breve*. Tratar-se-ia, portanto, não apenas de uma história do reinado de Afonso Henriques, mas de uma verdadeira crónica dos reis de Portugal, talvez a mais antiga alguma vez escrita em vulgar, razão pela qual a poderemos apelidar de *Primeira Crónica Portuguesa*. Devo confessar que o próprio Diego Catalán não andou longe de um cenário semelhante, pois na introdução à sua edição da *Crónica de 1344* refere-se ao texto português que foi fonte da *Crónica de Veinte Reyes* e da *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal* como tendo sido “un texto historiográfico (...) en que la narración legendária se hallaba ya combinada con los datos genealógicos e analísticos referentes a los primeros

reyes portugueses” [*Crónica de 1344*, p. XLIV]. É possível que tivesse em mente sobretudo os reinados de Afonso Henriques e Sancho I, mas, em todo o caso, tem de se lamentar que a crítica portuguesa tenha deixado escapar tão importante pista de trabalho.

Admitida a possibilidade de existência de uma pequena crónica dos reis de Portugal na segunda metade do século XIII *grosso modo* correspondente a dois terços daquilo que hoje se lê no manuscrito da *IVª Crónica Breve*, deveria logicamente seguir-se o problema da identificação dos seus promotores. A este respeito, penso que basta a circunstância de estarmos perante um texto que seria, antes de tudo o mais que se queira, uma história da dinastia real portuguesa para termos de admitir como significativamente provável que essa mesma dinastia (ou meios a ela intimamente ligados, para retomarmos a expressão de Cintra) tenha sido a sua promotora, e de facto não vejo razões para que assim não tenha sido. Pelo menos de uma coisa estou certo: se tivesse de agrupar esta *Primeira Crónica Portuguesa* em determinada família textual, essa seria, sem dúvida, a da cronística régia, e isto não só em virtude do objecto de que se ocupa e dos processos de que se socorre, mas também graças à mundividência que nela se estrutura, a qual, basicamente centrada no problema das origens, legitimidade, transmissão, modelização e caracterização da realeza, patenteia o mesmo tipo de preocupações que encontraremos em textos posteriores de segura ligação ou iniciativa régia. De tal modo isto é assim que se pode falar numa verdadeira tradição de crónicas régias portuguesas, a qual, partindo deste texto de que temos vindo a tratar e passando sucessivamente pela *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, pela parte dedicada aos reis portugueses na *Crónica de 1344*, pela *Crónica de 1419* e pelos cronistas manuelinos revela, a par de evidentes e compreensíveis diferenças, a manutenção, por vezes *ipsis verbis*, das mais variadas ideias, processos, temas e narrativas.

Isto dito, é claro que as questões suscitadas por esta *Primeira Crónica Portuguesa* não se esgotam neste leque de – e sublinho a palavra – *hipóteses*. Há mais e há talvez melhor. Limitar-me-ei, porém, e antes de tentar a súpula final acerca das origens da historiografia régia em Portugal, a dois outros aspectos. Consideremos, em primeiro lugar, o seguinte: anteriormente às obras de D. Pedro, e pondo de parte os dois primeiros *Livros de linhagens*, que por si

só representam uma tradição específica, é seguro que se redigiram pelo menos três textos historiográficos em língua portuguesa: uma pequena crónica dedicada aos reis de Portugal (qualquer que tenha sido a sua extensão), uma tradução de certa versão do *Liber Regum* – obras estas que a dada altura se vieram a reunir na já mencionada *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* – e a tradução da *Crónica do Mouro Rasis*. Há aqui delicados problemas de cronologia, mas, abstraindo-nos deles, é muito para notar que estes textos, ademais de serem todos anteriores à obra de D. Pedro, terem sido por ele usados e estarem de alguma maneira ligados à corte, têm uma outra característica a uni-los: vistos em conjunto, constituem uma verdadeira História de Espanha, pois ocupam-se sucessiva e coerentemente da pré-história da Península e da história dos seus califados (*Rasis*), da História da Reconquista de Pelágio a Afonso VI (*Liber Regum interpolado*) e da História dos reis de Portugal. Apenas coincidência? Ou antes sinal da existência de um projecto historiográfico anterior ao do Conde de Barcelos e faseadamente executado? Seja como for, e apesar do conhecimento irremediavelmente parcelar a que estamos remetidos, penso que haverá alguma vantagem em encarar estes textos em conjunto, até porque eles são, na verdade, o único indicador da atmosfera historiográfica não especificamente nobiliárquica ou clerical do Portugal de então. Um ponto que, mesmo sem respostas seguras, poderia suscitar interessantes reflexões é a do alheamento de todos estes textos em relação à cronística régia de raiz alfonisna: puro desconhecimento ou recusa deliberada de um modelo?

Por outro lado, localizar nisso a que tenho chamado *Primeira Crónica Portuguesa* o início da tradição cronística nacional não significa necessariamente que não tenham existido, a par da tradição analística que sabemos antiga, outras espécies textuais que da família real portuguesa se ocupassem. A este respeito, julgo do maior interesse recuperar aqui palavras do Professor José Mattoso que, descontadas certas e compreensíveis imprecisões, consubstanciam uma hipótese que me parece perfeitamente válida e que tenho pena não ter visto ser aprofundada. Dizia, com efeito, o ilustre historiador em artigo de finais dos anos 70 dedicado à tradição genealógica portuguesa: «não possuímos hoje qualquer escrito cansagrado expressamente à família real. Mas deve ter existido pelo menos um, porque

surgem vestígios dele no *De Rebus Hispaniae* do arcebispo D. Rodrigo de Toledo pouco depois de 1243, no *cricon* latino de Alcobaça, cuja última notícia data de 1355, na *IVª Crónica breve(...)* e na chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional (...)*. Devia tratar-se (...) de um texto anterior a meados do século XIII e sucessivamente ampliado na corte portuguesa». [A *Nobreza medieval portuguesa*, p. 45]

Devo confessar que a leitura destas palavras do Professor Mattoso provocou em mim um simpático alvoroço, pois creio que há de facto razões para suspeitarmos a existência de algum texto genealógico, ou quiçá um pouco mais que isso, consagrado desde longa data à dinastia dos reis de Portugal. Aqui deixo as mais importantes, poupando-me porém a pormenores. Analisando o que seguramente seria a história do reinado de D. Afonso Henriques de acordo com a mencionada *Primeira Crónica Portuguesa*, penso que se observa nela, sem dificuldades de maior, a existência de três blocos textuais que tanto pela diversidade formal como pela existência de elementos linguísticos de ligação entre eles, indicia que tenham sido previamente independentes uns dos outros: um bloco narrativo centrado nas lutas do nosso primeiro rei com diversas forças oponentes (corresponderá à célebre "Gesta de D. Afonso Henriques" de que propositadamente não falei), um bloco genealógico sobre a descendência do rei e um bloco essencialmente analítico em que se tocam alguns dos seus actos militares e piedosos em estilo por vezes curiosamente próximo do testamentário. Quer isto dizer que o redactor dessa *Primeira Crónica Portuguesa* não terá partido propriamente do nada, mas terá baseado o seu trabalho num processo de reunião, junção, harmonização, continuação e acaso modificação de textos pré-existentes, processo, afinal, marcadamente cronístico. O outro sinal de existência de remotas tradições genealógicas sobre a família real portuguesa encontramos-lo na grande semelhança existente entre algumas passagens da obra do Toledano e o texto da *IVª Crónica Breve*, designadamente em relação a Afonso II, as quais semelhanças foi demonstrado por Diego Catalán não poderem explicar-se por derivação do texto português em relação ao latino, mas que também não me parecem simplesmente atribuíveis ao acaso.

É agora altura de deixar resumido o que julgo ter sido o processo de elaboração de uma historiografia régia portuguesa. Assim, a par da vetusta tradição analística continuamente elaborada em mosteiros, terá existido desde longa data uma espécie de textos de cariz genealógico especificamente dedicados à família real. Ou nos primeiros anos do reinado de D. Dinis ou, e talvez mais provavelmente, ainda no tempo de Afonso III, essa produção textual terá conhecido duas importantes novidades: usou-se pela primeira vez a língua vulgar e, dando-se mostras de um razoável amadurecimento técnico, procedeu-se à reunião, junção, harmonização e continuação de materiais pré-existentes, originando-se assim a primeira crónica portuguesa, texto independente da pujante tradição historiográfica de que já então se ia encarregando a coroa castelhana-leonesa. Este primeiro impulso de criação de uma historiografia régia portuguesa, a que decerto não será alheia uma visão progressivamente encarecedora da instituição monárquica, terá continuado ao longo dos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV e, à medida que novos textos iam sendo conhecidos, novas técnicas iam sendo experimentadas ou novos contextos ideológicos iam sendo encarados, procedeu-se sucessivamente à tradução de uma crónica árabe e de um texto genealógico castelhana de forma a dar corpo a uma verdadeira História de Espanha. Algo como um projecto de auto-representação e auto-legitimação da coroa cem anos antes de Avis e no quadro das concepções historiográficas tipicamente hispanizantes da época, em contraste com a visão progressivamente nacionalizante que se lhe seguirá. Entretanto, a cronística alfonsina, que já se tinha aproveitado deste labor pioneiro, chega a Portugal e, nas mãos de Pedro Afonso de Barcelos, verdadeiro ponto de encontro de tradições régias e nobiliárquicas tanto portuguesas como castelhanas, funde-se com a produção local dando origem à prosa historiográfica mais extensa que até então conhecêramos: o *Livro de Linhagens* e a *Crónica de 1344*.

É claro que o que aqui fica não é senão a tentativa de, a traço grosso e sem esquecer anteriores construtores, erigir um edifício minimamente consistente. A robustez das suas partes é, porém, variável: certas peças encaixam melhor que outras, a fachada aguentar-se-á talvez mais que as traseiras, algumas brechas ficam por preencher e o autor será o primeiro a

recusar permanecer muito tempo debaixo desta ou daquela abóbada. Outros architectos, outros engenheiros e outros operários são sem dúvida necessários. Todavia, e permito-me citar o Professor José Mattoso, é preciso cuidado, pois «o seu equilíbrio não é muito sólido! Se se mexer muito, pode cair tudo no chão! Para alterar o traçado, é preciso ser bom pedreiro ou ser bom architecto. Convém tomar precauções para não baralhar tudo de tal maneira que seja impossível ter a mínima ideia da traça primitiva».